

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Município da Amadora anunciou a comemoração do 49º aniversário do 25 de abril com um conjunto de iniciativas de caráter lúdico-cultural, nomeadamente através da exposição de outdoors com “ilustrações originais de 5 ilustradoras portuguesas” com o objetivo de celebrar “a liberdade e contribuindo para afirmar a cidade como a capital nacional da banda desenhada”.

Para tanto, a iniciativa terá sido tramitada por convite a diversos artistas, que apresentaram as suas propostas ao município.

Ora, segundo tem sido noticiado em diversos órgãos de comunicação social, uma das artistas convidadas, a cidadã luso-chilena Amanda Baeza, terá sido afastada deste procedimento público devido à sua nacionalidade.

De acordo com a informação disponibilizada, a referida cidadã terá recebido o convite no dia 9 de Março, ao qual terá respondido no dia seguinte e inclusivamente terá assinado e enviado toda a documentação exigida pela autarquia.

A 17 de março, Amanda Baeza terá visto a sua participação excluída do procedimento pelo facto de o convite se pretender dirigir apenas a cidadãos de nacionalidade portuguesa, uma vez que o 25 de Abril é “uma data portuguesa”.

A confirmar-se, a atuação da Câmara Municipal da Amadora constitui uma grave e flagrante violação dos mais basilares direitos e liberdades fundamentais legal e constitucionalmente consagrados, assim como do Princípio da Igualdade de Tratamento e da Proibição de Discriminação em razão da nacionalidade ou naturalidade.

Celebrar abril deve significar comemorar a liberdade e a igualdade, o que torna a alegada atuação do município absolutamente condenável.

*Esta situação exige esclarecimento, pelo que atendendo ao exposto, e ao abrigo das*

*disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, as seguintes perguntas:*

1. A Senhora Ministra tem conhecimento desta situação?
2. Que medidas foram tomadas para averiguar as condições em que esta cidadã foi excluída de um procedimento de contratação pública?
3. Que medidas serão tomadas para evitar que situações destas se voltem a repetir?

Palácio de São Bento, 6 de abril de 2023

Deputado(a)s

PEDRO FILIPE SOARES(BE)

JOANA MORTÁGUA(BE)